
MEMORIAL DO PNLD: O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO CULTURAL E FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA

Jandson Bernardo Soares
Graduando em História (UFRN)
jandson_ze@hotmail.com

São muitas as discussões que vem se travando no campo da educação e nas áreas do conhecimento sobre os livros didáticos, principalmente no que diz respeito a sua utilização em sala de aula, de modo que a pesquisa vem sendo uma constante em sua existência. Foram muitos os pesquisadores que já refletiram sobre o quanto esse material didático pode ser útil no exercício da pesquisa, no entanto houve certa dificuldade quando se pensou em analisar os livros didáticos que foram avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essa dificuldade se devia a ausência de um arquivo que acomodasse esse material avaliado.

É essa a novidade que venho trazer nesse artigo: a elaboração e construção do Memorial do PNLD, facilitando ao pesquisador analisar esse material didático. Pretendo então, apresentar tal proposta, apontando suas etapas de produção, a utilização do seu acervo como fonte e seu futuro promissor; assim como sua necessidade de interação com outras iniciativas que venham surgir a partir deste, como projetos de pesquisa e de extensão e exposições.

PNLD: um memorial em construção

O livro didático vem se configurando nos últimos anos como um objeto de discussão, tendo em vista a amplitude que este vem ganhando. São programas como o PNLD, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), todos estes vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e com a finalidade de

distribuir este material às redes públicas de ensino. Cabe aqui ressaltar que o presente estudo se voltará somente ao PNLD e a construção de seu memorial.

O Programa em questão é o mais antigo desses projetos de distribuição de livros, tendo sua gênese com o Instituto Nacional do Livro (INL), o qual data de 1929, e foi substituído por outros programas até chegar às configurações atuais na década de 1980, com a escolha do livro didático pelo professor, marcando a redemocratização da educação, que foi fortemente manipulada pelo estado militar brasileiro.

Fazem parte desse Memorial: os livros didáticos, sendo compostos por livro do aluno e manual do professor, avaliados de 1997 a 2010, das disciplinas de Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática; os Guias do PNLD, os quais divulgam os livros que foram aprovados; os editais de avaliação, documentos que regem o processo avaliativo; as fichas de avaliação, preenchidas pelo parecerista que avaliou a obra. É necessário então, refletir sobre como esse empreendimento esta sendo construído, adentrando a própria questão do que é um memorial e perceber o porquê de tal denominação a este acervo.

Quando se reflete hoje, em nosso país, sobre o conceito de memorial, percebe-se que há uma grande carência de material teórico/metodológico escrito, e o que existe é fruto de experiências pessoais e empirismos, o que acaba por gerar uma deficiência no campo da pesquisa. Uma vez que não há um consenso em relação aos conceitos utilizados para definir os memoriais, o que vemos comumente é a predominância do senso comum, definindo esse espaço como lugar para prestar homenagem a alguém ou a alguma instituição. Essa falta de conceituação acaba por não designar de forma correta o papel e o material que são próprios de um memorial.

Para Jorge Barcellos “[...] o conceito atual de Memorial preserva – ou deve preservar – para não sofrer o risco de descaracterizar-se na origem, é de que é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática [...]” (BARCELLOS, p. 7,8). Dessa forma o memorial se constitui como produtor de uma memória institucional oficial e que para ele interage com a sociedade, aproximando a sociedade da instituição, gerando uma identidade a partir desse processo.

Partilha da mesma idéia de interação com a sociedade, como papel do memorial, Gunter Axt, que demonstra esse processo de aproximação com a sociedade como gerador de uma identidade que dá coerção social às instituições, como pode ser visto no trecho a seguir: “[...] Uma cidade, um bairro, uma instituição, uma escola, uma empresa que são capazes de sinalizar a sua origem e de expor a sua trajetória [...] fixam marcos de memória. Estes marcos da memória coletiva contribuem para a costura de uma identidade comunitária comum e facilitam a coerção social[...]” (AXT, p. 10). Nota-se assim o quanto os memoriais são importantes, no que diz respeito a manter uma memória e disponibilizá-la a sociedade e a academia.

Quando se pensa no memorial do PNLD, hoje, partindo das idéias desses dois autores, nota-se que sua principal função é dar manutenção a memória desse projeto nacional, mantendo de forma resguardada o material citado anteriormente, formulando assim uma memória institucional e oficial. Entretanto, quando se pensa na parte de interação com a sociedade percebe-se que esta ainda não está em pauta, tendo em vista que a denominação “Memorial do PNLD” foi uma conveniência pensada pelo Ministério da Educação, de maneira que este se constitui muito mais como uma base de dados de pesquisa, já que irá concentrar esse acervo, que é único no mundo, e que em breve estará disponível aos pesquisadores.

Dessa forma, o memorial em questão, deve ser visto como um acervo que para se tornar realmente um memorial, nesse sentido de interação, necessitará de participantes que estejam interessados em pesquisar e desenvolver ações em parceria com esse empreendimento, como projetos de extensão, de ensino, de pesquisa e de exposição de materiais. Assim podemos colocar o Memorial como a gênese de uma diversidade de atividades que poderão ser desenvolvidas de acordo com a demanda que ele produzirá, sendo necessária a existência de pesquisadores que queiram explorar esse material que logo estará catalogado, organizado e, conforme objetivo do Ministério da Educação e do projeto elaborado, disponibilizado em sítio na rede mundial, marcando o atrelamento, que Barcellos aponta, entre as tecnologias e as instituições de memória.

Feitas essas considerações, pode-se falar sobre a construção física desse memorial que se iniciou no fim de 2009 e que tem previsão de término para os meados de 2011. Ele foi dividido em nove etapas: 1ª. Composta pelo desencaxotamento, identificação por cronologia e coleções; 2ª. Catalogação de livros e pareceres; 3ª. Desmonte e higienização dos livros; 4ª. Restauração dos itens danificados; 5ª. Digitalização do acervo higienizado; 6ª. Indexação em banco de dados; 7ª. Remontagem dos livros desencadernados; 8ª. Gravação em CD-ROM das coleções digitalizadas; 9ª. Disponibilização das coleções, tanto em suporte CD-ROM quanto virtualmente.

Já foram executadas as duas primeiras etapas, sendo estas de grande importância, pois representou o primeiro contato com o acervo, que se encontrava em condições precárias nos depósitos do MEC com um acesso quase nulo. Tais etapas, foram executadas com sucesso e hoje já está se executando a terceira, a quarta e a quinta fase, simultaneamente, embora tendo alguns problemas, principalmente em função da inadequação do espaço em que o projeto está sendo desenvolvidos. Logo adentrar-se-á aos outros processos, de maneira a disponibilizar esse material, que foi pouco explorado pelos pesquisadores de todo o país e do mundo, tendo em vista a amplitude que o memorial pode ter. Quanto à última etapa cabe uma ressalva, o projeto visa disponibilizar esse material na internet, entretanto, caberá ao Ministério da Educação a decisão de indexá-lo ao seu portal.

O livro didático como fonte histórica

Pensar atualmente o livro didático como fonte, para História, só se tornou possível a partir do fim do século XX, com as novas abordagens e problemáticas promovidas pela Escola dos *Annales*, ao mesmo tempo em que esta estabelecia diálogo com outras ciências humanas, como a Sociologia e a Antropologia. Marca-se com essa Escola a ampliação das temáticas e das fontes que passam a ser objeto de estudo da história, de modo que periódicos, jornais, documentações não oficiais passam a ser vistos como fonte, voltando à temática dos *Annales* ao campo social e

cultural. Assim, vê-se que esta renovação da História lançou as bases para a análise desse material em questão. Vale ressaltar que cada campo do conhecimento tem suas metodologias e embasamentos teóricos, falo da História por ser meu campo de atuação.

É necessário perceber o livro didático como sendo um objeto cultural, tendo em vista o fato deste ser obra de seu tempo e referencia-lo em sua internalidade, trazendo consigo imagens idealizadas, fruto de usos e produção. Para demonstrar melhor tal fato apontar-se-á dois trechos dos editais de avaliação que se referem os valores sociais que devem estar presentes nas obras em questão, fruto de uma demanda e dos constantes embates dos grupos sociais. Ao avaliar os critérios de formação cidadã que o edital de 2004 propõe, percebe-se que este aponta somente três critérios, sem desenvolvê-los, deixando para fazer sua abordagem ao tratar das disciplinas específicas, de forma que sua maior preocupação se dá no limiar didático-pedagógico, mencionando que as obras não poderão ter os seguintes pontos:

- (i) veicular preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação;
- (ii) fazer doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público;
- (iii) utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos e serviços comerciais. (Edital, 2004, p. 22)

Já o edital de 2010 tem uma diferença visível em relação aos valores que devem ser incorporados ao que é ser cidadão brasileiro, embora esse traga essa mesma informação citada anteriormente, ele pontua novos valores que devem estar no livro didático brasileiro, o qual deve ter como parte integrante a formulação da cidadania como um dever, são os pontos abaixo citados:

- “Quanto à construção de uma sociedade cidadã, os livros deverão:
1. promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
 2. abordar a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
 3. promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades dos livros didáticos, reforçando sua visibilidade;
 4. promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;

5. promover positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos;
6. abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária.”(Edital 2010, 29)

Nota-se assim, que há uma preocupação maior em defender o direito de dados grupos sociais, como construção da cidadania, fruto da luta social que esses grupos vêm travando em busca de reconhecimento, tome-se, por exemplo, as mulheres, que conquistaram no ano de 2006 a lei n.º 11.340, conhecida como lei “Maria da Penha”, fruto das disputas sociais das mulheres, o mesmo ocorre com índios, negros e outros grupo sociais tidos como minorias. Assim podem-se ver esses valores sendo aplicados ao material didático como fruto de uma demanda social.

É importante também perceber que esse livro que é produzido é fruto de um diálogo entre quatro personagens: O Estado, professores, editoras e a própria sociedade. Dessa forma nota-se que o que é formulado no livro didático obedece a um consenso que irá variar de acordo com o tipo de cidadão que a sociedade irá pedir, claro que mediante o aval dessas instituições que emanam o poder. Assim, o livro didático se integra a vida do aluno, tornando-se, em parte, um “código de conduta” elaborado de forma sutil e que irá gerir toda uma cultura do que é ser cidadão, obedecendo às relações com o tempo em que esse “código” é criado.

Considerações Finais

Viu-se ao longo desse texto o quanto o memorial tem um futuro promissor para o ramo da pesquisa acadêmica, de modo que venham a se constituir iniciativas em função da propagação desse empreendimento.

Espera-se ter atingido os objetivos que foram propostos no resumo e na introdução, esclarecendo ao leitor como o Memorial vem sendo desenvolvido e que logo estará à disposição da sociedade, dando a esse texto o papel de divulgador dessa nova possibilidade que vem surgindo para todo o campo da educação e para História, tendo em vista nossa vinculação com esse campo.

Referências Bibliográficas

AXT, Gunter. Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historiahoje/vol1n4/memoria.htm>>. Acesso em: 14 de Set. 2010.

BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no sistema de museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo. Disponível em:< http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/pref_poa/c_ama_rapoa/_usu_doc/concmemor.pdf>. Acesso em: 14 de Set. 2010.

EDITAL PNLD 2004. Disponível em:<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/da_dos/anexos/109.htm>. Acesso em: 10 de Set.2010.

EDITAL PNLD 2010. Disponível em:<<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livrodidatico/edialdo/pnld2010>>. Acesso em: 10 de Set.2010.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos documentos. In: Pinsky, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. O Programa Nacional do Livro Didático e a construção do saber histórico escolar. *Artigo*. No prelo.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. Parâmetros Curriculares Nacionais: suas idéias sobre História. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal: EDUFRRN, 2007. p. 10-18.

JUNIOR, Décio Gatti. Estado, Currículo e livro Didático no Brasil (1988-2007) In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal: EDUFRRN, 2007. p. 19-36.